

DIREITOS HUMANOS

Funcionário do Ministério da Justiça cujo nome pode constar de uma lista de pessoas ligadas a tortura, por causa da morte de um estudante, pede exoneração. Ele aparece como sendo o oficial responsável pelo batalhão durante o episódio

Demissão preventiva

Da Agência Folha

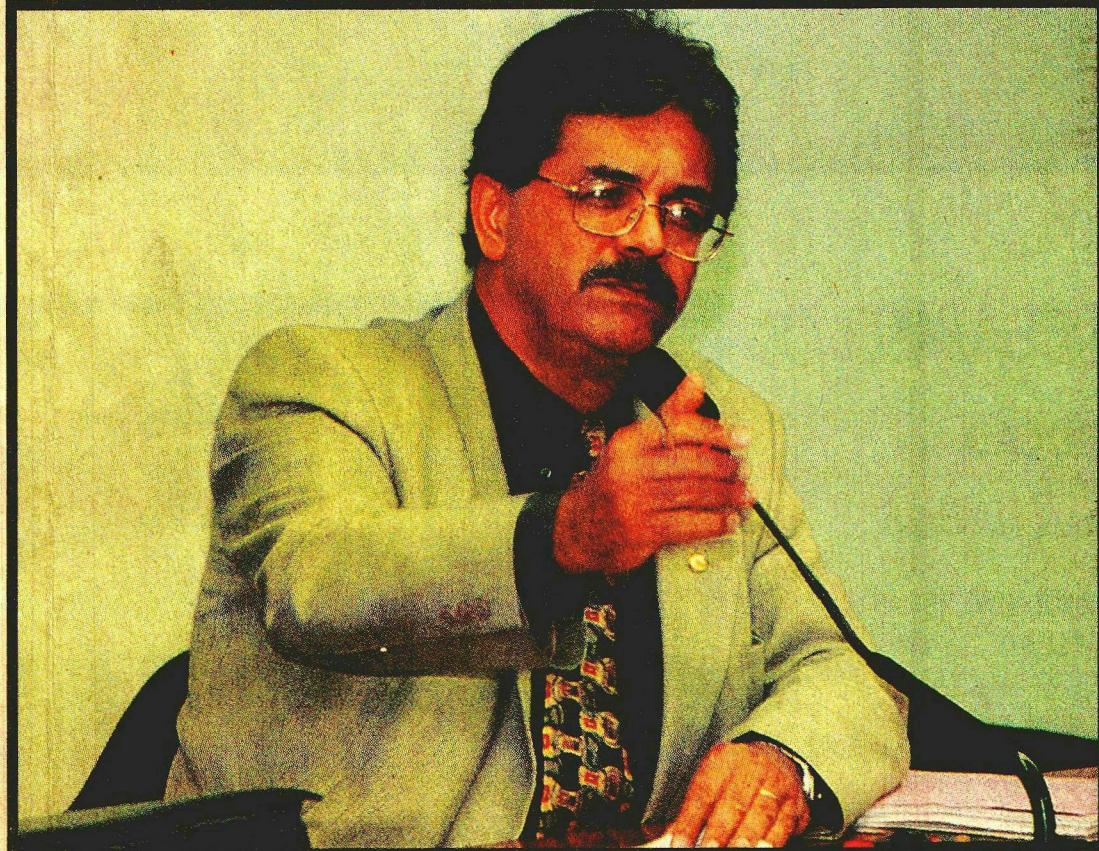
O coordenador de Planejamento e Segurança Pública do Ministério da Justiça, coronel Rubens Robine Bizerril, decidiu pedir exoneração do cargo depois da revelação de que seu nome estaria relacionado a atividades ligadas à tortura durante o regime militar. A demissão deverá ser anunciada amanhã.

O nome de Bizerril surge ligado à morte do estudante secundarista Ismael Silva de Jesus, ocorrida em agosto de 1972, em Goiás. Ele foi encontrado morto, num suicídio simulado após tortura, numa cela do 10º Batalhão de Caçadores — atual 42º Batalhão de Infantaria Motorizada. Bizerril, segundo informações do Ministério da Justiça, aparece como sendo um dos oficiais responsáveis pelo batalhão durante o episódio da tortura e morte do estudante. O sobrenome do oficial sofre uma variação e é grafado como "Bigenil".

Grupos de direitos humanos que levantam dados do regime militar afirmam que o coronel aparece inicialmente apenas como encarregado de Inquérito Policial Militar e como integrante dos chamados Conselhos de Justiça, nos quais militares eram nomeados para atuar como "juízes".

Só ontem, após ser comunicado do caso, o grupo *Tortura Nunca Mais* de Goiás iniciou uma busca detalhada na documentação que possui em arquivos. Não há data para a conclusão desse novo levantamento sobre Bizerril. De qualquer forma, Bizerril decidiu pedir sua exoneração tão logo foi questionado sobre o caso, na sexta-feira passada, por seu superior, o secretário Nacional de Segurança Pública, coronel Pedro Alvarenga. O ministro da Justiça, José Gregori, pediu que Alvarenga o afastasse, se fosse confirmada sua participação no caso.

Jefferson Rudy 20.11.00



NILMÁRIO: "SERÁ UMA FORMA DE AJUDAR O GOVERNO A CUMPRIR SUA DETERMINAÇÃO DE NÃO TER TORTURADORES"

Governo recebe lista da repressão

Da Agência Folha

A lista completa com 27 mil nomes de pessoas ligadas a perseguição, cárcere, tortura ou morte de presos políticos durante o regime militar será repassada ao governo federal até a próxima sexta-feira. A idéia dos grupos de direitos humanos é dar mais uma chance para que o governo possa identificar, dentre seus servidores, quais têm ligações com a prática de tortura e ainda ocupam cargos de confiança.

A lista está sendo compilada pelo movimento Tortura Nunca Mais e será repassada pelo deputado Nilmário Miranda (PT-

MG), ex-presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara. "Será uma forma de ajudar o governo a cumprir sua determinação de não ter torturadores em cargos de chefia", afirmou o deputado.

DETERMINAÇÕES

Os 27 mil nomes são divididos em nove categorias: dos que praticaram tortura, dos que atuaram em prisões ou cercos, dos que participaram de diligências, dos médicos-legistas ou peritos que assinaram laudos técnicos, dos encarregados de IPM (Inquérito Policial Militar), dos escrivães de polícia, dos colaboradores e infor-

mantes, dos funcionários lotados em órgãos ligados à repressão e dos militares indicados para integrar os conselhos de Justiça, como "juízes".

Uma das cópias da listagem será entregue ao general Alberto Cardoso, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional e superior hierárquico da Abin. "Se a Abin é uma entidade democrática, em seus quadros não pode haver ninguém ligado à repressão", afirmou Nilmário. A lista também será entregue ao ministro da Justiça, José Gregori, "para que o governo dê o tratamento que julgar mais conveniente para cumprir as determinações do presidente", completou.